



O PATRIMÔNIO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E SEU USO E APROPRIAÇÃO PELO TURISMO¹

Ana Carolina Ramos²

RESUMO

O presente artigo busca analisar as mudanças que ocorreram no uso e na apropriação de patrimônios materiais e imateriais da cultura afro-brasileira, após sua inserção no circuito do mercado do turismo. Primeiramente, buscamos entender como foram construídas as políticas de valorização patrimonial no Brasil e, como essas inseriram, mesmo que periféricamente, os bens materiais e imateriais da cultura afro-brasileira. Entendemos que a valorização cultural de alguns patrimônios é seguida, muitas vezes, por sua valorização pelo mercado do turismo. A seleção de patrimônios pelo mercado do turismo não é aleatória e faz parte de um movimento de valorização atual de alguns aspectos da cultura afro-brasileira. O objetivo desse trabalho é, por meio de estudos de caso, analisar desdobramentos decorrentes da mercantilização de patrimônios da cultura afro-brasileira pelo mercado do turismo.

Palavra-chave: turismo, políticas patrimoniais, patrimônio material, cultura afro-brasileira, centros históricos.

RESUMEN

El presente artículo busca analizar los cambios ocurridos en el uso y apropiación del patrimonio material e inmaterial de la cultura afrobrasileña, luego de su inserción en el circuito del mercado turístico. En primer lugar, buscamos comprender cómo se construyeron las políticas de valoración del patrimonio en Brasil y cómo insertaron, aunque periféricamente, los bienes materiales e inmateriales de la cultura afrobrasileña. Entendemos que la apreciación cultural de algunos patrimonios suele ir seguida de su valorización por el mercado turístico. La selección de patrimonios por parte del mercado turístico no es aleatoria y es parte de un movimiento para valorar algunos aspectos de la cultura afrobrasileña actual. El objetivo de esta investigación es, a través de estudios de caso, analizar los desarrollos derivados de la mercantilización del patrimonio cultural afrobrasileño por del mercado turístico.

Palabras clave: turismo, políticas patrimoniales, patrimonio material, cultura afrobrasileña, centros históricos.

¹ Artigo fruto da Pesquisa de Doutorado. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

² Pós-graduando o Curso de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras Ciências Humanas/USP – SP, ana.ramos@usp.br.



INTRODUÇÃO

A política patrimonial brasileira refletiu, por muitos anos, a valorização centrada na excepcionalidade ligada a monumentos arquitetônicos e aspectos culturais luso-brasileiros. Desde a criação do Iphan no Estado Novo, governo de Getúlio Vargas, a ideia era criar símbolos nacionais que aspirassem o povo brasileiro. Neste momento foram destacados principalmente símbolos culturais do período colonial e de origem europeia, católica ou militar.

O que já foi constantemente debatido por muitos pesquisadores, a política que orientou os órgãos patrimoniais no Brasil foi por muitos anos excludente, somente com o processo de redemocratização do Brasil, após a ditadura militar que vigorou de 1964 a 1985, os órgãos patrimoniais começaram a pautar símbolos que expressavam outras identidades de visões culturais, até então, não valorizadas.

Quando tratamos dos aspectos culturais afro-brasileiros o período de redemocratização do país foi essencial, pois permitiu a organização do movimento negro, que passou pautar temas como racismo e valorização da cultura afro-brasileira.

Neste contexto buscamos entender como foram traçadas as políticas de valorização patrimonial dos bens materiais e imateriais afro-brasileiros, apresentando dois estudos de caso: centro histórico de Salvador, na Bahia, e área da Pequena África Negra, no Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

Como metodologia deste trabalho foi realizado a revisão bibliográfica de autores que tratam das temáticas relacionadas com o turismo e o patrimônio material e imaterial.

No levantamento bibliográfico foi considerado a trajetória das políticas de valorização patrimonial do Brasil, e como os bens da cultura afro-brasileira foram inseridos mesmo que perifericamente nessas políticas patrimoniais.

Visto a dificuldade imposta pela pandemia de COVID-19, ainda não foi possível realizar os trabalhos de campo para analisar os dois estudos de caso tratados na pesquisa: área denominada Pequena África (RJ) e no centro histórico de Salvador (BA).



O presente artigo possui as primeiras reflexões teóricas acerca do tema abordado. No decorrer da pesquisa está previsto a realização de uma documentação iconográfica e cartográfica dos patrimônios afro-brasileiros encontrados nas áreas estudadas. Na documentação será levado em consideração patrimônios materiais e imateriais, pois quando analisamos a área do Centro histórico de Salvador, os patrimônios materiais de destaque são primordialmente de origem luso-brasileira, sendo assim, buscamos também a apreensão de patrimônios imateriais encontrados nestes locais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão acerca da preservação de bens e edificações materiais na categoria de patrimônios se iniciou no século XVIII na França e, há tempos, este tema envolve debates em diferentes áreas do conhecimento, principalmente, após a incorporação dos bens imateriais nas categorias de patrimônios culturais.

Em 1972, na Convenção do Patrimônio Mundial, a Unesco criou a Lista do Patrimônio Mundial na qual inscreveu bens considerados de importância natural e cultural mundial. Segundo a Unesco (1972), são considerados patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972:2).

Em 1977, a Unesco estabeleceu critérios para a determinação e reconhecimento dos patrimônios da humanidade. Como afirma Scifoni (2004), esses critérios partem de uma visão ocidental do que seria considerado patrimônio, assenta-se em valores de caráter da singularidade e monumentalidade no que deve ser considerado bens culturais e de excepcionalidade de bens naturais.

Na prática, a Lista do Patrimônio representou um *status* internacional para os patrimônios de diversos países, o que também serviu para contribuir para ao mercado do



turismo, pois diversos lugares passaram a ser incorporados como destinos turísticos, utilizando-se do reconhecimento da Unesco para a sua promoção.

Scifoni (2017) acentua que existe uma distribuição desigual dos países na Lista do Patrimônio mundial, uma vez que a cultura ocidental europeia foi a mais privilegiada. Para a autora, a incorporação de um patrimônio natural ou cultural a essa lista significou um *status* internacional, utilizado pelo *marketing* para vender lugares e para o consumo de bens e mercadorias ligados a esses patrimônios.

A autora argumenta (ibid), ainda, que determinados tipos de patrimônios e de manifestações culturais são selecionados pois se tornaram lucrativos para o mercado ao incorporar valor aos processos de revalorização imobiliária nos centros urbanos. Este processo acontece também no mercado do turismo, que seleciona alguns tipos de patrimônios para destacar rotas turísticas. Existe uma desigualdade no processo patrimonial, revelando que alguns períodos e tipos de patrimônios são mais enaltecidos pelas políticas de produção patrimonial.

Para Arantes (1996), a atual estratégia do mercado imobiliário para promover a revalorização dos lugares é utilizar a cultura como álibi. Nesse caso os patrimônios são fundamentais para dotar as cidades de equipamentos culturais altamente valorizados no mercado imobiliário e turístico – estoques de valor. O mercado reduz os patrimônios histórico-culturais a imagens sem significado, pois com a mercantilização da cultura, lugares e objetos, limitam-se a imagens e símbolos esvaziados de seus conteúdos. A incorporação dos patrimônios à lógica da produção capitalista se mostra uma estratégia para seleção da cultura como *marketing* territorial. Como no caso de Pelourinho, como acentua a autora, que todo o cenário da área é transformado em um cartão postal, onde é consumido imagens e simulacros que representam fragmentos do lugar, sendo o “turismo cultural” uma forma de mercantilizar a cultura.

O fato é que as sociedades ofertaram os patrimônios como entretenimento ao invés de propor a educação patrimonial que possibilitaria entender o significado patrimonial para um grupo social, como alerta Scifoni (2019). A predominância do uso comercial dos patrimônios foi determinante para afastar a população original das áreas de edificações tombadas, o que ocorreu principalmente devido à valorização imobiliária das áreas, que uma vez incorporadas a rotas turísticas ou ao mercado imobiliário passam por processos de revalorização que dificultam o acesso à população de baixa renda (RIBEIRO, 2006).



O tombamento patrimonial de referências materiais resulta em um valor diferencial para os mesmos. Quando lugares e paisagens são eleitos para representar um fragmento histórico e cultural, lhes é concedido um valor diferencial que é pautado no princípio da singularidade e excepcionalidade. A promoção turística de patrimônios visa colocar no mercado cultural bens e lugares que se tornam expressão de uma visão identitária hegemônica. (CARLOS, 2017; CIFELLI, 2016; SCIFONI, 2004).

Carlos (2017) argumenta que o patrimônio aparece para o turismo como um aspecto particular do espaço construído pelo “tempo acumulado” que expressa a história de um grupo e que é possível ser consumido pelo mercado, logo, tornando possível o consumo deste espaço.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Cifelli (2016) argumenta que os lugares que se tornam patrimônios passam por uma valorização via turismo, pois se tornam centros de consumo cultural. O turismo enaltece bens materiais e imateriais destacando seu caráter distinto.

Os patrimônios selecionados como identitários de uma cultura no geral são excludentes, pois enaltecem apenas uma perspectiva histórica, deixando de lado as contradições espaço-temporais vividas no período histórico em que foram formados. Ao estudar os bens patrimonializados do Pelourinho, em Salvador, Cifelli (2016) destaca que os bens ali contidos não expressam as contradições sociais vividas no período colonial – como a escravidão – e muito menos revelam as desigualdades sociais presentes nessa área, como a população de baixa renda que vivia ali e foi expulsa com os projetos de revitalização.

Quando analisamos a valorização de bens materiais da cultura afro-brasileira, percebemos claramente o reconhecimento diferencial ao contrário dos bens da elite branca. Mesmo quando tratamos de bens do período colonial (época mais privilegiada da política patrimonial), o que se verifica é a predileção, principalmente, de bens ligados às elites e não às classes populares.

No contexto da natureza desigual do patrimônio é urgente pensá-lo na perspectiva dos grupos sociais ausentes nesta trajetória oficial. Sejam os trabalhadores urbanos e rurais, os índios e os negros escravizados, e mais modernamente operários e camponeses, aqueles que foram e são os produtores da riqueza material, apropriada por poucos, e que fizeram e fazem a história do país (SCIFONI, 2017: 128).



Nosso interesse em particular é buscar entender os processos de valorização pelas políticas patrimoniais que os bens da cultura afro-brasileira vêm recebendo, assim como analisar os possíveis conflitos entre os sujeitos envolvidos. Se por um lado, essa valorização é positiva, pois possibilita romper com o antigo *ethos* cultural que prevaleceu nas políticas patrimoniais onde foram privilegiados os valores culturais lusitanos, por outro lado, a valorização inclui estes bens na lógica do mercado, tensionando a relação entre os grupos sociais envolvidos e os agentes do mercado imobiliários e do turismo, podendo resultar na elitização do uso desses patrimônios e dos lugares em que os mesmos se inserem, dificultando o acesso da população de baixa renda ao uso desses bens.

Políticas de valorização patrimonial no Brasil

A ideia da criação de uma identidade nacional com referências culturais unificadas orientou a política patrimonial institucional no Brasil, pois pautou a construção de uma nação com representações culturais unânimes. Esse projeto foi colocado em prática pelo governo Vargas, na década de 1930, com a criação de leis que tinham o objetivo de proteger e conservar a herança histórica do Brasil.

No ano de 1937 surge o primeiro órgão federal de preservação patrimonial do Brasil, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)³, substituído pelo atual Iphan. Esta foi a primeira política de construção patrimonial no Brasil que já se revelava autoritária na identificação patrimonial, à medida que possuía uma ideia de herança coletiva brasileira que pouco abarcava a diversidade étnica e cultural do Brasil (GURAN, 2017; MARINS, 2016; SCIFONI, 2017).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, responsável pela política de valorização patrimonial no Brasil, selecionou, desde sua criação, bens materiais considerados relevantes da escala nacional como identitários da cultura brasileira. No entanto, apesar de um discurso inclusivo que buscava englobar a complexidade cultural brasileira, o Iphan se viu por muitos anos selecionando períodos históricos e espaciais que apenas mostravam uma dimensão da cultura brasileira.

³ Em 1994, passou a ser chamado de Iphan – Instituto Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Scifoni (2017), assegura que foram sempre escolhidos classes e períodos para retratar a política patrimonial do Brasil e que este processo excluiu as classes menos favorecidas, pois os bens tombados pelo Iphan representaram a elite do país, mas não os escravos, povos indígenas e trabalhadores operários.

Para Scifoni (ibid), as políticas de tombamento patrimonial se revelaram desiguais em três dimensões distintas: territorial, social e cronológica. A primeira se revela em lugares do Brasil privilegiados pelas políticas patrimoniais. A segunda nas classes sociais representadas como *ethos* do povo brasileiro. E a terceira nos períodos históricos privilegiados pelas políticas patrimoniais, sendo o período colonial predominante na seleção de patrimônios tombados pelo Iphan.

Marins (2016) assevera que a política patrimonial direcionada pelo Iphan até meados de 1980 centrava-se em selecionar aspectos materiais da cultura brasileira denominada “clássica” e assim renegava grupos étnicos e práticas religiosas. Somente após este período, na década de 1980, com a redemocratização do Brasil, expressões e grupos étnicos até então marginalizados começaram a ganhar espaço nas políticas de tombamento federais.

A desigualdade na política de tombamentos de patrimônios materiais, para Scifoni (2017), reproduz a desigualdade na valorização cultural e na hierarquização do capital e na hierarquia social. Privilegia a cultura considerada erudita e destinada a elite em detrimento da cultura popular. Para a autora, a desigualdade vai desde a valorização ao acesso a gozar dos bens materiais tombados, pois à medida que os patrimônios se tornam elitizados eles são iscas culturais para investimentos do setor imobiliário e turístico.

Na década de 1980, com redemocratização do Brasil, abre-se espaço para outras expressões culturais ganharem respaldo das políticas patrimoniais. A nova Constituição de 1988, pautou a valorização de expressões culturais que até então haviam sido esquecidas. Outros grupos sociais, que não a elite, começaram a ter mais espaço nos processos de valorização de suas expressões culturais.

No 5º parágrafo do Artigo 216 da Constituição é lembrado a noção da diversidade cultural que marca a sociedade brasileira, inclusive, não restringindo o patrimônio a bens materiais, mas também à cultura imaterial popular advinda de diversas etnias, como a afro-brasileira e aquela relativa aos povos indígenas, que passam a ser colocadas como valores culturais pertencentes a cultura nacional brasileira:



Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...].

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988)⁴.

No ano de 1984 foi tombado o primeiro espaço religioso de matriz africana – o Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, na Bahia. O tombamento do terreiro representou uma quebra de paradigma, pois por anos a política que orientou o Iphan foi a valorização de aspectos culturais relacionados com o catolicismo (VELHO, 2006; GURAN, 2017).

No ano seguinte, em 1985, foi tombado a Serra da Barriga, local onde abrigou o Quilombo de Palmares (AL) também representando o alargamento na noção de patrimônios culturais.

Os dois tombamentos expressam o momento político vivido no país, o processo de luta política para o reestabelecimento democrático organizou representantes do movimento negro em torno de reivindicações que tratassem do racismo e a valorização cultural da herança africana. Neste contexto, o tombamento do primeiro terreiro é crucial, pois é a afirmação da identidade multiétnica brasileira e também uma reparação pela perseguição do Estado as crenças e rituais afro-brasileiros (VELHO, 2006).

Guran (2017) destaca que é importante lembrar que um dos primeiros tombamentos do Iphan, no período de sua fundação, foi o Acervo do Museu da Magia Negra, em 1938, no Rio de Janeiro. O acervo que possuía peças religiosas de matrizes africanas que foram apreendidas devido ao seu enquadramento no artigo 197 do Código Penal Republicano, que condenava práticas ligadas ao espiritismo, magia negra e misticismo. Apesar do acervo ser um dos primeiros tombamentos realizados pelo Iphan é um equívoco pensar que o tombamento foi progressivo, pois este tombamento apareceu na lista do Iphan somente em 1984, sendo o primeiro tombamento de caráter etnográfico. Para Guran (2017), o tombamento foi realizado de maneira sumária, pois a política que orientou o Iphan por 48 anos seguintes foi o descaso do Instituto com os patrimônios de matrizes africanas.

Para Motta (2017), a Constituição Federal de 1988 abriu um marco para a superação de uma política que visava pautar somente valores estético-estilísticos da

⁴https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em 09 mar. 2019.



arquitetura do período colonial, abrindo espaço para a construção de referências edificadas a partir de uma memória social. Nesse sentido, as experiências coletivas e a discussão sobre o uso dos bens culturais passaram a ser refletidos e as comunidades a ter mais visibilidade no processo de preservação cultural.

Área da Pequena África Negra (RJ) e Centro Histórico de Salvador (BA)

As duas áreas definidas para o estudo de caso possuem bens materiais e/ou imateriais oriundos da cultura afro-brasileira.

A área da Pequena África no Rio de Janeiro (figura 1) compreende a área portuária e os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Figura 1 – Área da Pequena África no Rio de Janeiro



Fonte: < <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php> > Acesso em 06 jan. 2020.

O termo Pequena África teria surgido em 1983, data da publicação do livro “Tia Ciata e a Pequena África e o tombamento da Pedra do Sal” de Roberto Moura. O autor atribuiu a expressão “Pequena África” ao sambista Heitor dos Prazeres que teria se referido a área da zona do cais do porto até a Cidade Nova, em que a Praça Onze seria o local central.

A Pequena África era o lugar de encontro de imigrantes baianos, cariocas e africanos onde existia forte herança afrodescendente, ocorrendo a reunião de sambistas e pessoas ligadas a religiões de matriz africana ao redor da casa de Tia Ciata - liderança local.



[...] o bairro da Saúde, debruçado sobre o cais do porto, consistia num atraente local de moradia para os imigrantes baianos que ali buscavam trabalho na estiva, abriam suas casas de santo, criavam suas rodas de samba e seus ranchos carnavalescos. As vizinhanças da Pedra da Prainha, depois conhecida como Pedra do Sal, tornariam-se locais de intensa sociabilidade entre africanos – remanescentes do período do tráfico negreiro – e baianos (VASSALLO, 2014: 4).

A narrativa em torno da expressão “Pequena África” adquire força em dois momentos, na década de 1980 e nos anos 2000, quando foi planejado projetos de requalificação e revitalização urbana visando tornar a área portuária atrativa para investimentos do capital privado, seguindo a tendência das cidades de se tornarem grandes centros de negócio (VASSALLO, 2014).

Guimarães (2019) pontua que a narrativa da Pequena África foi importante para as ações afirmativas que ocorreram na década de 1980 pelo movimento negro, que passou a reivindicar a herança negra na cidade. O termo possui potência de aglutinar diferentes grupos sociais acerca da luta pela reparação e preservação da memória coletiva afrodescendente.

Em 1984, a Pedra do Sal foi provisoriamente tombada pelo Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), e em 1987, ocorre o tombamento definitivo que foi fundamental para a afirmação da dimensão étnico-racial do bairro da Saúde. O documento de tombamento reforça a ideia da área da Pedra do Sal como testemunho da herança negra na cidade do Rio de Janeiro (VASSALLO, 2014). Mais recente, no ano de 2018, o ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, entrou em embate com diversos movimentos sociais diante da negativa de conceder ao Quilombo da Pedra do Sal o título de patrimônio imaterial da cidade⁵.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o movimento negro reivindicou o Quilombo da Pedra do Sal como vestígio e símbolo de um território negro na cidade.

No ano de 2001, na gestão municipal de César Maia, foi implementado o projeto Porto Rio que previa a revitalização da área portuária. O projeto desencadeou diversos conflitos fundiários com moradores do bairro da Saúde que temiam a expulsão e o aumento do preço dos aluguéis na área.

⁵ No mesmo ano, 2018, após muitos protestos foi aprovado o registro do Quilombo como patrimônio imaterial do povo carioca. É importante ressaltar que em 2005, a Fundação dos Palmares, concedeu a certificação do Quilombo urbano Pedra do Sal.



O primeiro conflito, de origem fundiária, envolveu os moradores do bairro da Saúde que se articularam em torno da memória coletiva relacionada com a área da Pequena África e o Quilombo urbano Pedra do Sal. Diversas famílias, por meio da mobilização social, pediram a salvaguarda do local partindo da experiência e sociabilidade que a área evocava, devido à forte herança de matriz africana. O segundo conflito, envolveu o Grupo Afoxé Filhos de Gandhi que foi ameaçado de ser expulso do antigo prédio pertencente ao governo federal, localizado no Jardim Suspenso. Nesse caso, membros do bloco se organizaram em torno das experiências de matriz africana que o local evocava. Nos dois casos, a narrativa que envolve o termo “Pequena África” foi acionada, sendo reivindicado a memória coletiva de frequentadores e moradores da área que é considerada berço da cultura afro-brasileira, o território negro por onde a história dos seus antepassados pode ser contada (GUIMARÃES, 2019).

No ano de 2005, foi fundado o Instituto dos Pretos Novos – Museu Memorial (IPN), devido a descoberta de um cemitério de africanos que funcionou aproximadamente de 1770 a 1831, no bairro da Gamboa. Vassallo (2014), acentua que a descoberta do cemitério mobilizou pesquisadores de diversas áreas e, evidenciou o Complexo do Valongo, local que funcionou um antigo mercado de escravos, desembarque de cativos e africanos, o lazareto e o cemitério⁶. Nesse momento tem-se a ampliação do território étnico incluindo os bairros da Saúde, Gamboa e arredores da Praça Onze.

Em 2009, na gestão municipal de Eduardo Paes, foi lançado o projeto Porto Maravilha que visava “requalificação” do espaço físico que englobava os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo. O projeto foi vislumbrado devido cidade do Rio de Janeiro ter sido eleita como palco de alguns jogos da Copa do Mundo (2014) e sede dos Jogos Olímpicos (2016).

No início das obras do projeto Porto Maravilha um grupo de pesquisadores conseguiu a permissão do Iphan para escavar a área do Cais do Valongo. No local foi desenterrado um antigo porto onde teria desembarcado de 500 a 1 milhão de escravos.

Após o desenterramento do Cais do Valongo, militantes do movimento negro e do IPN voltaram a atenção para a área. No ano de 2011, por meio do poder público municipal e

⁶ O cemitério Pretos Novos foi descoberto em 1996, decorrente a obras na propriedade particular do casal Merced e Petrucio Guimarães. Foi desenterrado o sítio arqueológico que continha ossadas de africanos que morriam antes do desembarque no Cais do Valongo.



devido a pressões de movimentos sociais, foi iniciado um projeto para celebrar o Circuito Histórico e Arqueológico⁷ a fim de valorizar a memória de outros grupos sociais que não fossem a elite escravocrata. Esse circuito tinha o intuito de contar como foi o violento processo da escravidão, a resistência e a afirmação cultural afrodescendente. Os grupos que atuam na região da Pequena África entendem que o patrimônio que está ali não está restrito aos aspectos valorados pelas políticas patrimoniais e sim a toda memória afetiva que envolve o local (informação verbal)⁸.

Nos últimos anos, a zona portuária do Rio de Janeiro, que engloba a Pequena África, recebeu obras visavam melhorias urbanas, acessibilidade e revitalização. Era vislumbrado, naquele momento, incluir a Pequena África nos roteiros turísticos da cidade, porém, desde o início do Projeto Porto Maravilha pouco foi realizado de concreto. A área da Pequena África ainda tem uma acessibilidade limitada e poucas infraestruturas turísticas, o que, de acordo com o pesquisador Claudio Honorato, decorreria da falta de interesse do poder público municipal em impulsionar um tipo de turismo que reafirma a identidade afro-brasileira e suas manifestações culturais⁹.

A incorporação do Cais do Valongo ao título de Patrimônio Histórico da Humanidade, pela Unesco, em 2017, o reconhecimento do Cemitério dos Pretos Novos na condição de sítio arqueológico¹⁰ e o registro da área do entorno que inclui a Pedra do Sal quilombo urbano possibilitou a inclusão da Pequena África nos projetos de revitalização urbana que estavam sendo implementados na área do Porto Maravilha. A ideia era ampliar a rota turística e incluir a região, considerando o patrimônio histórico-cultural ali encontrado.

Para Guimarães (2013), o processo de revitalização da área do entorno da Pequena África tem levado a maior valorização imobiliária e *gentrificação*, o que gera

⁷ O Circuito Histórico e Arqueológico foi criado em 2016 pelo IPN (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos) com o intuito de promover a educação patrimonial e preservação da memória de descendência africana. O intuito da valorização dos patrimônios presentes na área da Pequena África é mostrar outras narrativas sobre o processo da diáspora africana, assim como promover ações educativas e de proteção patrimonial.

⁸ Informação verbal fornecida pelo pesquisador, Claudio Honorato, na mesa redonda no Congresso Internacional Decolonizando o pós-colonial? Patrimônios em disputa - “Visita Técnica virtual na Pequena África”, em abril de 2021. Disponível: <https://ic-echoes-2021.eventqualia.net/pt/inicio/>.

⁹ Mandato de Marcelo Crivella 2017-2020.

¹⁰ Primeiramente foi pedido o registro do sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos junto ao Iphan que transferiu a salvaguarda dos materiais encontrados para o Instituto de Arqueologia Brasileira-IAB.



embates com grupos que reivindicam a herança histórica do local, como o grupo que fundou o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, comunidade remanescente do quilombo Pedra do Sal e bloco carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi.

No entanto, principalmente após a realização dos jogos Olímpicos e durante a gestão do governo municipal de Marcelo Crivella (2017-2020), o turismo e a revitalização dessa área não foram impulsionados como estavam nos planos. Atualmente, há um esforço dos movimentos sociais em inserir a Pequena África nas rotas de turismo para contar e preservar outras narrativas sobre a memória negra do Rio de Janeiro (informações verbais)¹¹.

Para Guran (2017), existiu um descaso do poder público municipal, principalmente na gestão Crivella, colocando em risco os patrimônios contidos na Pequena África, inclusive com a anulação do título concedido pela Unesco, em 2017. O Estado brasileiro assumiu perante a Unesco o compromisso de promover ações que viabilizassem a área da Pequena África como monumento da memória sensível, no entanto pouco foi feito.

Guimarães (2019), ressalta que as ações até o momento feitas pelo poder público para a patrimonialização da Pequena África foram ambíguas e deixaram a margem membros do Quilombo e os filhos do Afoxé. Estas ações ainda se apresentam desconexas diante das recentes notícias sobre a violência policial perante a população negra que vive na cidade.

A segunda área definida como objeto empírico da análise é o centro histórico de Salvador (figura 2), que possui uma relevância histórica reconhecida pelo Iphan como sítio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹², além de ser reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade (desde 1985). Embora tombada por seu patrimônio material de origem europeia, essa área possui, contraditoriamente, uma forte presença cultural afro-brasileira, como diversas manifestações culturais e bens imateriais, a exemplo da comercialização de barracas de acarajé nas ruas do Pelourinho, festas religiosas e celebrações (Festa de Santa Bárbara, carnaval etc.), grupo afro Ilê

¹¹ Informação verbal fornecida pelo pesquisador, Milton Guran, no ciclo de debates do projeto África Diversa - “Cais do Valongo: silenciamentos, patrimonialização e reparação”, em abril de 2021. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=RaQhG_2GIxQ.

¹² Em 1952 foram tombados diversos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos na área, esses se somam aos tombamentos anteriores de 1938 a 1945.



Aiyê e eventos musicais ligados aos grupos de percussão. Além disso, encontra-se aí também a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, do século XVIII, exemplo de manifestação da fé religiosa de irmandades de negros presentes em Salvador nesse período.

Como amplamente sabido, o nome Pelourinho remete ao violento uso que se fazia do local no período colonial, onde os escravos eram castigados, sendo importante lembrar que a incorporação de alguns nomes a determinados patrimônios coloniais podem, levar, muitas vezes, a uma visão acrítica a respeito do passado do país. Hoje o Pelourinho é um lugar de celebrações, que recebe milhares de turistas por ano, os quais buscam conhecer sua arquitetura colonial, mas também prestigiar os bens imateriais da cultura afro-brasileira, como o samba, os grupos de percussão, as comidas típicas, várias delas originárias da cultura alimentar afro-brasileira etc., lugar de festa e divertimento que carrega a incômoda história da escravidão.

Nos anos de 1966/67, quando a política de preservação do patrimônio passou a aliar desenvolvimento econômico com o chamado “turismo cultural”, o turismo passou a ser considerado engrenagem para o desenvolvimento e a conservação, passando a valorização patrimonial a ser fundamental.

Santos (2005), afirma que entre as décadas de 1960 e 1970, as ações de preservação do patrimônio tornam-se prioridade para o governo estadual devido o incremento do polo turístico em Salvador.

Em 1967, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia¹³ passou a reformar os casarões do Largo do Pelourinho, a finalidade era revitalizar o centro.

Durante a década de 1970, o Pelourinho passou por uma série de políticas urbanas que visavam revitalizar a área e torná-la mais atrativa para o comércio e o turismo. A ideia era tornar a área centro cultural da capital baiana e inverter o quadro de abandono e degradação do centro histórico.

O Pelourinho foi considerado a área prioritária nos projetos de preservação do patrimônio histórico e implementação do turismo, pois na visão do Estado, naquele momento, essa área exaltava a autenticidade do cotidiano baiano ligado a herança africana (SANTOS, 2005). Essa imagem, atrelada à herança cultural africana, passou a ser considerada atrativa para o turismo interno e externo e, desta forma o Estado passou

¹³ Na década de 1980 passou a se chamar Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).



promovendo uma re-elitização direcionada para usuários desejados pelo comércio e turismo.

As políticas patrimoniais no Centro Histórico de Salvador identificaram nos bens da elite uma oportunidade para o mercado do turismo. Essa região, que no passado abrigou a elite dos senhores de engenho e comerciantes, estava degradada, porém o projeto de revitalização urbana coordenado pelo governo do Estado permitiu a conciliação da proteção patrimonial e o fomento do turismo (CIFELLI, PEIXOTO, 2012). Mercantilizou-se as paisagens cenográficas que remetem a outrora do passado colonial, porém essas foram preenchidas pelos aspectos culturais afro-baianos, criando uma imagem cultural e visual para a área do Pelourinho. O modelo globalizado transformou a paisagem e os patrimônios materiais e imateriais em mercadoria e estímulo cultural (MOTTA, 2000).

A turistificação do Pelourinho demonstrou-se contraditória e voltada exclusivamente para os interesses do mercado, pois excluiu os grupos sociais do processo de construção da memória coletiva, para dar lugar a uma memória institucional. No entanto, esse processo foi uniforme, sendo que a área ainda abriga uma população de baixa renda, o que não é interessante para o mercado.

Tanto Pelourinho quanto África Negra foram integrados a projetos de revitalização urbana para o melhor aproveitamento de seu potencial turístico. No entanto, sabemos que esse processo não foi harmônico e envolveu forças antagônicas, no interior das quais buscamos localizar possíveis manifestações de resistência e disputa pela memória que envolve ambas as áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho engloba as reflexões iniciais acerca do tema e dos estudos de caso. Até o momento conseguimos compreender o processo conflituoso que tem se desenrolado nas políticas patrimoniais e de desenvolvimento do turismo nas áreas estudadas.

Como já foi constantemente debatido por pesquisadores, a política de valorização patrimonial no Brasil foi excludente, visto que priorizou estilos, períodos e regiões. A cultura afro-brasileira por décadas, desde a criação do principal órgão de patrimonialização do Brasil, o Iphan, se viu marginalizada. A recente valorização de



aspectos materiais e imateriais da cultura afro-brasileira é positiva, pois contribui para demonstrar a maior heterogeneidade cultural do Brasil, valorizando a memória e a cultura de grupos sociais que até então haviam sido renegados.

Na área da Pequena África, os grupos sociais buscam contar a história negra da cidade. A organização desses grupos é fundamental para resgatar a memória histórica do Brasil, que foi pouco abordada nos livros e nas políticas de valorização patrimonial.

Já na área do centro histórico de Salvador, o governo do estado, buscou valorizar a imagem cenográfica colonial, porém preenchida com aspectos culturais afro-brasileiros. A imagem construída ao redor do Pelourinho, no entanto não tinha o intuito de incluir a população de baixa renda. A tentativa de revitalizar e promover a gentrificação da área encontrou obstáculos, a população de baixa renda usuária do centro histórico.

Nas duas áreas de estudo percebemos que a organização social é importante para fazer resistência aos interesses do mercado, que visam mercantilizar as memórias dos grupos que ali se encontram.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **Cultura da cidade**: animação sem frase. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, no 24, p.229-240, fev. 1996.

CARLOS, A. F. A. **O consumo do espaço**. In: _ (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186.

_____. **Turismo e patrimônio**: um aporte geográfico. In: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Orgs.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CIFELLI, G.; PEIXOTO, P. **Centros históricos e turismo patrimonial**: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto XXIV, 2012.

CIFELLI, G. **O papel da redução narrativa no processo de valorização cultural e promoção turística do patrimônio**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 6 n. 2 (2016): Temática: Geografia, Turismo e Patrimônio cultural.



_____. **Patrimônio da humanidade, cultura e lugar.** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, 2005, nº 9.

CHUVA, M. R. R. **Entre a herança e a presença:** o patrimônio cultural de referência negra no RJ. Anais do Museu Paulista. São Paulo: Nova Série, v. 28, 2020. p. 1 -30.

GUIMARÃES, R. S. **O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África:** narrativas de passado e formas de habitar na zona portuária carioca. In: GONÇALVES, J. R. S.; GUIMARÃES, R. S.; BITAR, N. P. (org.) **A alma das coisas:** patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Maud X Faperj, 2003. p. 47-78.

_____. **Os Sentidos Da Pequena África. Políticas Patrimoniais e Conflitos Urbanos No Rio De Janeiro.** Antropologia Na Esfera Pública: Patrimônios Culturais e Museus/ Associação Brasileira De Antropologia/UFG, 2019.p. 362 – 390.

GURAN, M. **Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 35, 2017. p. 213-226.

MARINS, P. C. G. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016.

_____. **O Brasil que a lista do patrimônio mundial revela (e eclipsa).** In: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Orgs.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

MOTTA, L. **O patrimônio urbanístico e seus usos sociais.** In: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Orgs.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

_____. **“A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico ao consumo visual global”**, In: ARANTES, A. A. (Org.), O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000.

PEIXOTO, P. **A linguagem consensual do patrimônio.** In: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Orgs.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.



RIBEIRO, W. C. **Visões do patrimônio.** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, n°10, 2006.

SANTOS, J. T dos. **O poder da cultura e a cultura do poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil.** Salvador: Edufba, 2005.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração:** a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017.

SCIFONI, S. **Desafios para uma nova educação patrimonial.** Revista Teias, [S.l.], v. 18, n. 48, p. 5-16, ago. 2017.

_____. **A Unesco e os patrimônios da humanidade:** valoração no contexto das relações internacionais. Trabalho apresentado no II Encontro da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, 2004.

_____. **A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas.** In: Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. In: PAES, M. T. D.; SOTRATTI, M. A. (Orgs.). Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

_____. **Conhecer para preservar:** uma ideia fora do tempo. São Paulo: Revista. CPC, n° 27, p. 14-31, 2019.

URIARTE, U. M. **Por trás das fachadas coloridas:** etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). In: Ponto Urbe [Online], 7 | 2010. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1654> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1654. Acesso em 20 out. 2021.

VASSALLO, S. P. **Intervenções urbanas e processos de patrimonialização:** as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000). In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29., 2014, Natal. **Anais eletrônicos...**Natal, 2014. p. 1-22. Disponível em: https://www.academia.edu/11644117/Interven%C3%A7%C3%B5es_urbanas_e_processos_de_patrimonializa%C3%A7%C3%A3o_as_reelabora%C3%A7%C3%B5es_da_Pequena_%C3%81frica_na_regi%C3%A3o_portu%C3%A1ria_do_Rio_de_Janeiro_1980_e_2000. Acesso em 20 out. 2021.

VELHO, G. **Patrimônio, negociação e conflito.** Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237- 248, 2006.